

Recorrido: Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

Outra parte no processo na Câmara de Recurso, interveniente no Tribunal Geral: República da Turquia

Objeto

Recurso interposto da decisão da Segunda Câmara de Recurso do IHMI de 17 de setembro de 2012 (processo R 2613/2011-2), relativa a um processo de declaração de nulidade entre, por um lado, a República da Turquia e, por outro, J. Yaqub e G. Yaqub.

Dispositivo

1. Não há que conhecer do presente recurso.
2. J. Yaqub suportará as suas próprias despesas.

(¹) JO C 79, de 16.3.2013.

Despacho do Tribunal Geral de 16 de setembro de 2013 — Bouillez/Conselho

(Processo T-31/13 P) (¹)

(«Recurso de uma decisão do Tribunal da Função Pública — Função pública — Funcionários — Promoção — Exercício de promoção de 2007 — Decisão de não promover o recorrente ao grau AST 7 — Dever de fundamentação — Artigo 266.º TFUE — Artigo 45.º do Estatuto — Contradição de fundamentos — Exame comparativo dos méritos — Recurso de uma decisão do Tribunal da Função Pública em parte manifestamente inadmissível e em parte manifestamente improcedente»)

(2013/C 336/53)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: Vincent Bouillez (Overijse, Bélgica) (representante: D. Abreu Caldas, A. Coolen, J.-N. Louis e É. Marchal, advogados)

Outra parte no processo: Conselho da União Europeia (representantes: M. Bauer e A. Bisch, agentes)

Objeto

Recurso interposto do despacho do Tribunal da Função Pública da União Europeia (Terceira Secção) de 14 de novembro de 2012, Bouillez/Conselho (F-75/11, ainda não publicado na Coletânea), para anulação deste despacho.

Dispositivo

1. É negado provimento ao recurso da decisão do Tribunal da Função Pública.
2. Vincent Bouillez suportará as suas próprias despesas, bem como as efetuadas pelo Conselho da União Europeia no quadro da presente instância.

(¹) JO C 86, de 23.3.2013.

Despacho do Tribunal Geral de 20 de setembro de 2013 — Van Neyghem/Conselho

(Processo T-113/13 P) (¹)

(«Recurso de uma decisão do Tribunal da Função Pública — Função pública — Funcionários — Promoção — Exercício de promoção de 2007 — Decisão de não promover o recorrente ao grau AST 7 — Negação de provimento ao recurso interposto na primeira instância — Dever de fundamentação — Artigo 266.º TFUE — Recurso de uma decisão do Tribunal da Função Pública em parte manifestamente inadmissível e em parte manifestamente improcedente»)

(2013/C 336/54)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: Kris Van Neyghem (Tienen, Bélgica) (representante: M. Velardo, advogado)

Outra parte no processo: Conselho da União Europeia (representantes: M. Bauer e A. Bisch, agentes)

Objeto

Recurso interposto do despacho do Tribunal da Função Pública da União Europeia (Terceira Secção) de 12 de dezembro de 2012, Van Neyghem/Conselho (F-77/11, ainda não publicado na Coletânea), para anulação deste despacho.

Dispositivo

1. É negado provimento ao recurso da decisão do Tribunal da Função Pública.
2. Kris Van Neyghem suportará as suas próprias despesas, bem como as efetuadas pelo Conselho da União Europeia no quadro da presente instância.

(¹) JO C 147, de 25.5.2013.

Ação intentada em 4 de setembro de 2013 — Syrian Lebanese Commercial Bank/Conselho

(Processo T-477/13)

(2013/C 336/55)

Língua do processo: francês

Partes

Demandante: Syrian Lebanese Commercial Bank S.A. L. (Beirute, Líbano) (representantes: P. Vanderveeren, L. Defalque e T. Bon-tinck, advogados)

Demandado: Conselho da União Europeia

Pedidos

A demandante conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne: — reconhecer a responsabilidade extracontratual da União Europeia pelas decisões de inscrição e de manutenção da demandante no Anexo II do Regulamento n.º 36/2012/UE do Conselho;